



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SOROCABA
2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

CONCLUSÃO:

Em 01 de julho de 2025, remeto os autos conclusos ao Dr. Douglas Augusto dos Santos, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara do Juizado Especial Cível. Caio Queiros De Oliveira, Assistente Judiciário.

SENTENÇA

Processo nº: **1015549-02.2025.8.26.0602**

Classe - Assunto **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações**

Requerente: -----

Requerido: **Fundação São Paulo**

Valor da causa: **R\$ 45.577,71**

Juiz de Direito: **Dr. Douglas Augusto dos Santos**

Nº de ordem: **2025/001165**

Vistos.

Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95, passo ao julgamento antecipado do pedido, na forma do art. 355, I, do CPC.

Em síntese, a requerente alega que é médica e que realizou residência clínica (especialização em pediatria) junto à faculdade requerida, no campus de Sorocaba/SP, sendo que a requerida deveria oferecer moradia, conforme previsto em legislação própria; que iniciou os estudos em 01/03/2022 e finalizou em 28/02/2025, sem ter sido disponibilizada a moradia nem ter recebido qualquer valor em pecúnia para suprir essa finalidade; informa que, diante da conclusão do curso, o direito deve ser convertido em pecúnia, à base de 30% da bolsa paga ao médico residente que, no caso da autora, era de R\$ 4.106,09 por mês. Ao final, requer a conversão do referido direito em pecúnia, no valor de 30% da bolsa, pugnando pelo pagamento total de R\$ 45.577,71.

Em sede de contestação, a requerida alega preliminar de ilegitimidade passiva, sustentando que o custeio da bolsa de estudo da residência médica é de responsabilidade da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo. No mérito, alega que a requerente se inscreveu no processo seletivo, ciente de todas as condições, em especial de que a residência seria realizada em hospital de Sorocaba/SP; que ainda não existe regulamentação para o auxílio-moradia, não sendo possível saber quais seriam os critérios objetivos a serem preenchidos pelo interessado; por fim, que discorda do pagamento do auxílio-moradia em favor da parte requerente.

Processo nº 1015549-02.2025.8.26.0602 - Página 1

Preliminarmente, cabe reconhecer a legitimidade passiva da fundação



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SOROCABA
2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

requerida, uma vez que o pagamento da bolsa (a cargo da Secretaria de Saúde) não se confunde com o direito ora postulado, sendo certo que a Lei 6.932/81 estabelece que cabe à instituição de saúde responsável por programas de residência médica oferecer moradia *in natura* ao médico-residente, durante todo o período de residência (art. 4º, §5º, III).

Sendo assim, deve a requerida figurar no polo passivo, em demanda que busca receber o pagamento desse direito em pecúnia, em substituição a falta de moradia *in natura*.

No mérito, no mais, o pedido inicial é procedente.

Com efeito, como já mencionado no exame da preliminar, o art. 4º, §5º, III, da Lei 6.932/81 estabelece que cabe à instituição de saúde responsável por programas de residência médica oferecer moradia *in natura* ao médico-residente, durante todo o período de residência.

E, no caso em tela, restou incontroverso que a requerida não forneceu moradia à requerente, vindo de outra cidade para a residência médica, na instituição de saúde mantida pela fundação ré (não se confundindo moradia com local para descanso momentâneo).

Por outro lado, o fato de ainda não haver regulamentação específica para conversão direito de moradia em pecúnia, não afasta a obrigação específica já prevista na legislação, que é fornecer moradia *in natura*.

Por isso, não tendo a requerida cumprido sua obrigação legal e não havendo mais como cumprir dado o encerramento da residência médica, torna-se imperiosa a conversão da obrigação de fazer em perdas e danos, cujo montante pode ser desde logo arbitrado em 30% do valor da bolsa mensal – como postulado pelo requerente e aceito pela jurisprudência.

Nesse sentido, seguem alguns dos diversos julgados a respeito:

“APELAÇÃO. INDENIZAÇÃO – MÉDICO QUE PARTICIPOU DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA (ESPECIALIDADE ANESTESIOLOGIA) OFERTADA PELA SANTA CASAS DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – AUXÍLIO MORADIA OFERECIDO PELO PROGRAMA E NÃO PAGO PELA INSTITUIÇÃO - O artigo 4º da Lei nº. 6.932/81 (redação atribuída pela Lei nº. 12.514, de 28/10/11), possui expressa previsão legal sobre o direito dos médicos residentes em ter auxílio-moradia; – O direito do autor deve ser tutelado, mediante conversão em pecúnia, diante da impossibilidade e/ou da negativa de disponibilização da moradia, no valor equivalente a trinta por cento (30%), calculado sobre o montante da bolsa, desde o ingresso no Programa de Residência Médica. Precedentes – PRESCRIÇÃO – Prazo prescricional quinquenal, considerando que porque se trata de benefício com prestações periódicas, ou seja, é obrigação de trato sucessivo, incidindo, na hipótese, a Súmula nº 85

Processo nº 1015549-02.2025.8.26.0602 - Página 2

do Colendo STJ – Sentença de procedência mantida. Incidência do art. 252 do RITJSP. RECURSO IMPROVIDO.” (TJSP; Apelação Cível 1036795-74.2021.8.26.0576; Relator(a): Antonio Celso Faria; Órgão Julgador: 8ª Câmara de Direito Público; Foro de São José do Rio Preto - 2ª Vara Cível; Data do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SOROCABA
2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Julgamento: 03/08/2023; Data de Registro: 03/08/2023);

“Residência médica – Auxílio moradia (Lei nº 6.932/81 com redação dada pela Lei nº 12.514/2012) – Pedido de recebimento de auxílio-moradia - Admissibilidade da conversão em pecúnia do direito à moradia não assegurado aos médicos residentes, arbitrado em 30% do valor da bolsa de estudos – Precedentes deste E. Tribunal e do C. STJ – Sentença de improcedência reformada. Recurso provido” (TJSP – Apelação Cível nº 1029693-64.2022.8.26.0576; Relator: Oscild de Lima Júnior, 11ª Câmara de Direito Público, j. 23/10/2023) (grifei).

Em sede de juizado especial, a questão foi decidida na **Turma de Uniformização** (PUIL nº 0000429-64.2022.8.26.9000), firmando a seguinte tese: “*auxílio-moradia devido em razão de residência médica - possibilidade da conversão em pecúnia, em caso de não oferecimento in natura, independentemente, de previsão editalícia, no valor mensal equivalente a 30% da bolsa-auxílio*” .

Esse também é o entendimento do TNU, que julgando o **Tema 325** definiu, recentemente, que, “*até que sobrevenha a regulamentação do inciso III do §5º do art. 4º da Lei 6.932/81, e independentemente de prévio requerimento administrativo e da renda, o médico residente possui direito ao auxílio-moradia, fixado em 30% do valor bruto da bolsa mensal, se a ele não for fornecida in natura a moradia*”.

Como se vê, a jurisprudência vem caminhando de forma consistente nesse sentido, ficando adotado esse mesmo posicionamento para o caso dos autos, em que não é oferecida pela requerida moradia para o médico residente, mas apenas local para descanso entre as tarefas (fato incontroverso nos autos).

Por fim, considerando que a requerente recebeu bolsa residência no valor de **R\$ 4.106,09** por mês, durante todo o período (fls. 13/49), tem-se que o valor do benefício em pecúnia, correspondente a 30%, alcança o montante de **R\$ 45.577,71** (cálculo incontroverso).

Sobre essa quantia deverá incidir correção monetária, a partir do ajuizamento da ação (art. 1º, §2º, da Lei 6.899/81), calculada pela variação do IPCA/IBGE (art. 389, par. único, CC e Lei 14.905/2024), e juros de mora, devidos desde a citação (art. 405, CC; art. 240, CPC), observando a taxa referencial da Taxa SELIC, deduzido o índice utilizado para a atualização monetária (art. 406, § 1º, CC e Lei 14.905/2024).

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial, para **CONDENAR** a parte requerida ao pagamento de **R\$ 45.577,71**, com correção monetária e juros de mora, na forma acima mencionada, sem custas, despesas e honorários advocatícios de sucumbência,

Processo nº 1015549-02.2025.8.26.0602 - Página 3

em primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55, primeira parte, da Lei 9.099/95.

O pagamento deverá ser feito no prazo de **15 dias**, contados do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SOROCABA
2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

trânsito em julgado, e independentemente de nova intimação, sob pena de ser acrescida a multa de 10% (art. 523, § 1º, do CPC/2015), com aplicação em conjunto com a norma especial dos juizados especiais cíveis (art. 52, III e IV, da Lei 9.099/95).

Em caso de recurso, a ser interposto no prazo de **10 dias** e, necessariamente, por advogado (art. 41, Lei 9.099/95), o recorrente deve comprovar o recolhimento do preparo, em 48 horas a contar da interposição do recurso, sem nova intimação (art. 42, Lei 9.099/95), devendo observar, quanto à comprovação, o disposto no art. 1093, caput e parágrafos, das NSCGJ (www.tjsp.jus.br), tudo sob pena de deserção (§4º); caso o recurso seja negado, o recorrente poderá ser condenado ao pagamento de honorários advocatícios (art. 55, segunda parte, Lei 9099/95).

Para a assistência judiciária gratuita, a parte interessada deverá apresentar, com o recurso inominado, o comprovante de remuneração mensal (salários, pensão, aposentadoria, etc.) e a última declaração de imposto de renda, pena de indeferimento do benefício e deserção do recurso.

Efetuada o pagamento voluntário, fica autorizada a expedição do competente **mandado de levantamento eletrônico (MLE)**, em favor da parte vencedora, que deverá apresentar o formulário, com dados bancários, disponibilizado no endereço eletrônico: <http://www.tjsp.jus.br/IndicesTaxasJudiciarias/DespesasProcessuais> (Comunicado Conjunto 1514/2019, DJE de 10/09/2019, ORIENTAÇÕES GERAIS → Formulário de MLE – Mandado de Levantamento Eletrônico), encaminhando-se por peticionamento eletrônico; recomenda-se cadastrar a petição como “*pedido de expedição de mandado de levantamento*”, para análise com prioridade.

Após, nada mais sendo requerido em **30 dias**, arquivem-se os autos, com anotação de pagamento (art. 924, II, CPC/2015).

Novo valor do preparo: *Nos termos do **Comunicado Conjunto nº 951/2023**, publicado em razão das alterações havidas na Lei Estadual nº 11.608/2003, operadas pela Lei Estadual nº 17.785/2023, em caso de interposição de recurso inominado, o preparo deve abranger os seguintes valores: **1.a)** a taxa judiciária de ingresso, no importe de **1,5%** (um e meio por cento) sobre o valor atualizado da causa, observado o valor mínimo de 5 (cinco) UFESPs, a ser recolhida na guia DARE, quando não se tratar de execução de título extrajudicial; **1.b)** a taxa judiciária de ingresso, no importe de **2%** (dois por cento) sobre o valor atualizado da causa, observado o valor mínimo de 5 (cinco) UFESPs, a ser recolhida na guia DARE, quando se tratar de execução de título extrajudicial; **2)** a taxa judiciária referente às custas de preparo, no importe de **4%** sobre o valor fixado na sentença, atualizado, se líquido, ou sobre o valor fixado equitativamente pelo MM. Juiz de Direito, se ilíquido ou ainda 4% sobre o valor atualizado atribuído à causa na*

Processo nº 1015549-02.2025.8.26.0602 - Página 4

ausência de pedido condenatório, observado o valor mínimo de 5 (cinco) UFESPs, a ser recolhida na guia DARE; 3) as despesas processuais referentes a todos os serviços forenses eventualmente utilizados



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SOROCABA
2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

(despesas postais atinentes ao envio de citações e intimações, utilização de sistemas conveniados, publicação de editais, etc., (recolhidas via Guia FEDTJ), e diligências do Oficial de Justiça (recolhidas em GRD), a serem recolhidas na guia FEDTJ, à exceção das diligências de Oficial de Justiça (que deverão ser colhidas na guia GRD). O preparo deve ser recolhido independentemente de cálculo da serventia, que apenas será responsável pela conferência dos valores e elaboração da certidão para juntada aos autos. No site do Tribunal (www.tjsp.jus.br), encontra-se disponível planilha para cálculo do preparo (Institucional → Primeira Instância → Cálculos de Custas Processuais → Juizados Especiais → Planilha Apuração da Taxa Judiciária) ou através do link abaixo¹, onde se disponibiliza a regular emissão da guia de recolhimento da taxa judiciária (DARE), das despesas processuais (FEDTJ) e das diligências de Oficial de Justiça (GRD). Dúvidas poderão ser dirimidas exclusivamente pelo Portal de Chamados (<https://suporte.tjsp.jus.br>).

Publique-se e intime-se, dispensado o registro de sentença (Prov. CG 27/2016).

Sorocaba, data do sistema.

Juiz de Direito (assinatura eletrônica)

PUBLICAÇÃO:

Na data supra, a r. sentença foi disponibilizada nos autos digitais, sendo dispensado o registro de sentença, nos termos das NSCGJ (art. 72, §2º, e Prov. CG 27/2016).

¹ <https://www.tjsp.jus.br/Download/SPI/CustasProcessuais/1.PlanilhaRecursoInominado.Xls>